Jornal da Câmara

BRASÍLIA-DF, QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2011 | CÂMARA DOS DEPUTADOS | Ano 13 | Número 2573

RODOLFO STUCKERT

Câmara aprova criação da Autoridade Pública Olímpica

Votação foi possível após acordo entre base e oposição que retirou de MP os dispositivos que mudariam as regras das licitações para agilizar as obras de preparação da Olimpíada de 2016, no Rio

Página 3

ACORDO | 5

Líderes definem presidência das comissões; partidos farão rodízio entre *Trabalho, Defesa do Consumidor* e *Meio Ambiente*

INTERNACIONAL | 7

Janete Rocha Pietá propõe que grupo de deputados acompanhe situação de brasileiros na Líbia e em outros países em conflito

MICROEMPRESAS | 8

Frente recebe apoio de Marco Maia para incluir na pauta projeto que amplia limites de enquadramento no Supersimples

ENERGIA

Apagão no Nordeste pode reabrir debate sobre leis do setor elétrico

O apagão que atingiu sete estados do Nordeste no início de fevereiro reacendeu a discussão sobre o que ainda precisa ser feito no País para manter estável o fornecimento de energia. Além da manutenção dos investimentos em infraestrutura, parlamentares e especialistas concordam com a necessidade de uma legislação mais clara sobre o tema.

A legislação brasileira que trata do setor conta com centenas de normas, algumas delas das décadas de 30 e 40. A falta de sistematização dessas leis gera dúvidas não apenas para investidores, empresários e gestores da área como também para o consumidor.

Consolidação de leis - Na Câmara, o grupo de trabalho para a consolidação das leis aprovou projeto (PL 4035/08) que reúne e organiza a legislação do setor elétrico em um único texto. De autoria do deputado **Arnaldo Jardim (PPS-SP)**, a proposta está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Arnaldo Jardim explica que a elaboração do texto teve a colaboração de diferentes atores do setor de energia elétrica. "O trabalho contou com a presença de especialistas, professores universitários. Ouvimos todas as entidades ligadas ao setor, inclusive de consumidores. Por isso, a legislação é boa", afirma o deputado. Ele acredita que a consolidação das leis vai unificar normas, dissipar dúvidas e tornar as regras para o setor mais claras.

Código de eletricidade - Advogado com atuação na área de energia, Guilherme Baggio, que participou da elaboração do novo modelo do setor elétrico brasileiro, recomenda que o Congresso aproveite a discussão sobre a sistematização das leis para aprovar um código de eletricidade. "A consolidação tem o objetivo de reunir as normas sem alterar seu conteúdo. Enquanto que, na codificação, o conteúdo também pode ser alterado".

De 250 normas analisadas pelo grupo de trabalho da Câmara, 178 foram incorporadas pela Consolidação das Leis do Setor de Energia Elétrica. Dessas 178, apenas 38 tiveram artigos efetivamente integrados ao texto. Os outros 140 caracterizam-se por possuírem dispositivos que foram implicitamente revogados por legislação setorial posterior ou apresentam medidas cujos objetivos já foram cumpridos, como contagem de prazos.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inocêncio Oliveira é reconduzido à presidência do Conselho de Altos Estudos

O 3º secretário da Mesa Diretora, deputado **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**, foi reconduzido pela quarta vez à presidência do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. O conselho é responsável pela elaboração de estudos críticos e especialização técnica ou científica, além de fazer análises de viabilidade e de impactos em relação às tecnologias, políticas ou ações governamentais de alcance nacional sobre as quais se pretende legislar.

Neste ano, o conselho dará continuidade a dois estudos pautados em 2010: o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor mineral, com o objetivo de discutir e propor regras para a exploração do setor de mineração no País; e o estímulo às micro e pequenas empresas, com a ampliação de incentivos financeiros, técnicos e informacionais para o setor.

LAYCER TOMAZ

Inocêncio Oliveira preside reunião do conselho na qual foi debatido o papel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis na exploração do pré-sal

A agenda de atividades do colegiado também prevê, para o 2º semestre de 2011, a realização de uma exposição sobre o programa espacial brasileiro, objeto de estudo realizado pelo conselho sobre a política espacial do Brasil.

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica já possui uma extensa lista de contribuições prestadas ao Parlamento e ao Poder Executivo no âmbito da formulação de políticas públicas. Já foram debatidos - com a presença e participação ativa de especialistas e executivos - temas como as alternativas de políticas públicas para a banda larga; os desafios dos municípios diante das responsabilidades na gestão pública; os crimes cibernéticos; o programa "Um Computador por Aluno"; a capacitação tecnológica da população; o mercado de software no Brasil; a dívida pública; o biodiesel; e a TV digital, entre outros.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente
Rose de Freitas (PMDB-ES)
2º Vice-Presidente
Eduardo da Fonte (PP-PE)
1º Secretário
Eduardo Gomes (PSDB-TO)
2º Secretário
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)
3º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
4º Secretário
Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes
Geraldo Resende (PMDB-MS), **Manato (PDT-ES)**, **Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE)** e **Sérgio Moraes (PTB-RS)**

Ouvidor Parlamentar
Miguel Corrêa (PT-MG)
Procurador Parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Secretário-Geral da Mesa
Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor
Pedro Noleto
Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Maria Clarice Dias
Ralph Machado
Roberto Seabra

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
José Antonio Filho
Roselene Figueiredo

Ilustrador
Renato Palet
Editor de fotografia
Reinaldo Ferrigno

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Plenário aprova MP que cria a Autoridade Pública Olímpica

Eduardo Piovesan

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória 503/10, que ratifica o protocolo de criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), destinada a coordenar as ações governamentais para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. A MP, aprovada com o texto do relator **Daniel Almeida (PCdoB-BA)**, perde a vigência em 1º de março e deve ser analisada ainda pelo Senado.

A votação foi possível graças a um acordo de lideranças conduzido pelo presidente Marco Maia. Os líderes decidiram transferir para a MP 510/10 a análise de um regime de licitação específico destinado a acelerar as obras necessárias à realização da Olimpíada e de outros eventos esportivos.

As novas regras constavam de emenda do deputado licenciado Geraldo Magela (PT-DF) e serviriam também para obras e serviços relacionados à realização dos Jogos Mundiais Militares de 2011 (Rio 2011) e à infraestrutura dos aeroportos necessária para a Copa do Mundo de 2014.

A autoridade pública terá sede na cidade do Rio de Janeiro e funcionará até 31 de dezembro de 2018. A data poderá ser prorrogada por mais dois anos pelo Conselho Público Olímpico, a instância máxima de decisão da APO, composta por representantes diretos dos chefes dos executivos federal, estadual e municipal.

RODOLFO STUCKERT

Acordo fechado com deputados da oposição garantiu a retirada de mudanças na lei de licitações e permitiu a votação da MP

Pessoal - O novo protocolo de criação da APO enviado pelo Executivo substitui o que constava originalmente da MP e diminui de 484 para 181 o número de cargos em comissão criados para a estrutura do órgão. As remunerações continuam no mesmo valor, de R$ 1 mil a R$ 22 mil.

A seleção de pessoal poderá ser temporária e feita somente com processos simplificados, cujos contratos terão duração de até três anos, prorrogáveis até o ano de encerramento de suas atividades. O presidente da autoridade será indicado e nomeado pelo presidente da República, com aprovação do Senado, e seu mandato será de quatro anos, permitida a recondução.

O Conselho Público Olímpico deverá se reunir a cada seis meses e suas decisões precisarão ser por unanimidade. Além de aprovar a proposta de orçamento da APO, uma de suas principais atribuições é decidir se um dos consorciados assumirá a responsabilidade por projetos com elevado risco de não serem entregues a tempo por outro governo. Dessa forma, obras a cargo do município, por exemplo, podem ser tocadas pela União para que o cronograma não sofra atrasos irrecuperáveis que prejudiquem os Jogos.

Relatório semestral - Uma das emendas incorporadas pelo relator determina o envio semestral, ao Congresso, de um relatório das atividades e o calendário de ações da APO para o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Outra emenda aprovada, do deputado Marco Maia, prevê a possibilidade de prorrogação, até o final dos Jogos Paraolímpicos, dos contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias para atividades comerciais e de serviços.

O modelo da APO baseia-se em experiências semelhantes utilizadas em outras edições dos Jogos Olímpicos, como Sydney, Barcelona e Londres. A APO foi uma das garantias oferecidas pelo Brasil ao COI durante a candidatura da cidade do Rio para sediar os Jogos de 2016.

Para Magalhães Neto, foi celebrado um "acordo da moralidade"

Carol Siqueira

A supressão das alterações às leis de licitações previstas no relatório do deputado Daniel Almeida foi a condição imposta pelos partidos oposicionistas para por fim à obstrução anunciada desde terça-feira. "Celebramos um acordo da moralidade, da defesa da transparência que tem de nortear as ações da Câmara. Retiramos as imoralidades existentes nesse texto, que alterava a lei de licitações comprometendo o espírito público", disse o líder do DEM, **Antonio Carlos Magalhães Neto (BA)**.

Segundo ressaltou, a proposta inicial permitia, por exemplo, a dispensa de publicação de editais e da realização do projeto executivo pela administração pública, entre outros pontos polêmicos chamados de "inaceitáveis" pelo líder do DEM.

As alterações na lei de licitações, no entanto, não foram totalmente descartadas pelo governo. De acordo com presidente da Câmara, Marco Maia, essas propostas serão discutidas novamente como parte da Medida Provisória 510/10, que será relatada pelo deputado **Hugo Leal (PSC-RJ)**.

Com isso, avalia Maia, governo e oposição ganham tempo para discutir esse ponto e chegar a um novo acordo.

Impasse - No decorrer da sessão de ontem, DEM e PSDB, insatisfeitos com as modificações realizadas pelo relator, lançaram mão de diversas manobras para evitar a votação do texto da criação da Autoridade Pública Olímpica.

Além de um requerimento para retirar a MP da pauta do Plenário, seguido de um pedido de verificação do quórum, deputados oposicionistas fizeram Daniel Almeida ler todo o seu parecer, inclusive os anexos. O relator demorou quase três horas para terminar a leitura do texto.

Diante do impasse, o presidente Marco Maia suspendeu a sessão e convocou uma reunião de líderes para costurar um acordo que viabilizasse a votação da MP ainda na noite de ontem, tendo em vista que ela perde o prazo de vigência em 1º de março.

O presidente informou também que hoje serão discutidas as MPs 505/10, que trata da capitalização da Petrobras; e 506/10, que libera recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo Maia, ainda não há acordo para a votação dos dois textos.

Regra para salário mínimo passa no Senado

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem à noite o projeto do Executivo que estabelece a regra de correção do salário mínimo até 2015. O texto prevê a correção pelo INPC do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes.

O texto básico do projeto fixa o salário mínimo em R$ 545. Dois destaques que elevavam o valor para R$ 600 e R$ 560 foram rejeitados.

Até o fechamento desta edição, os senadores analisavam destaque que exclui do projeto o dispositivo que autoriza o Executivo a fixar o percentual de reajuste por meio de decreto, após o IBGE calcular os valores estimados para o INPC e para a variação do PIB.

Pinga-Fogo

Carrion Júnior

Vieira da Cunha (PDT-RS) prestou homenagem à memória do ex-deputado Francisco Carrion Júnior, que faleceu há dez anos, juntamente com a esposa e a filha, num acidente de avião na cidade de Encruzilhada do Sul. "Carrion Júnior foi um político ético, um cidadão honrado e respeitado por todos e que tinha como características principais a firmeza de princípios, a coragem e a determinação", afirmou o deputado. Vieira da Cunha lembrou que Carrion Júnior foi líder estudantil, militante trabalhista, deputado estadual e federal e secretário de governo no Rio Grande do Sul.

Acessibilidade

Mara Gabrilli (PSDB-SP) destacou que representa, na Câmara, não só os eleitores de São Paulo, mas também os mais de 30 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência. A deputada pediu o apoio dos parlamentares para que atual legislatura possa ajudar a construir um país mais inclusivo, a começar pela distribuição de próteses e órteses, permitindo, assim, que os portadores de deficiência tenham maior mobilidade. A falta de acessibilidade é preconceito e, portanto, é crime, afirmou Mara Gabrilli, que defendeu mais acesso às pessoas com deficiência na infraestrutura urbana, na educação e na cultura, entre outros setores.

Combate ao crack

Ságuas Moraes (PT-MT) elogiou a determinação do governo federal de priorizar o combate às drogas, especialmente ao crack. O crack, observou o deputado, tem capacidade de propagação elevada por ser uma droga barata e danosa, que contribui para a desagregação da personalidade e dos vínculos sociais. O deputado destacou ainda a decisão do governo de criar Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas. Segundo ele, cerca de 14 mil profissionais serão formados para atuar na linha de frente no combate à dependência química.

Líder do PSDB, Duarte Nogueira pede investigações sobre Programa Segundo Tempo

Jornal *O Estado de S.Paulo* publicou reportagens com denúncias de irregularidades em programa do Ministério do Esporte. Líder do PCdoB rebateu as denúncias e disse que as ações já foram fiscalizadas

Daniele Lessa

Líderes da Câmara se manifestaram ontem sobre as denúncias de irregularidades no Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, e pediram mais investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação a reportagem publicada no final de semana pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A matéria diz que organizações não governamentais (ONGs) de fachada foram criadas para gerir os projetos do Segundo Tempo, e refere-se a núcleos esportivos abandonados e a um suposto desvio de verbas para financiar candidatos do PCdoB, partido do ministro do Esporte, Orlando Silva.

O líder do PSDB, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, afirmou que não está acusando Orlando Silva de envolvimento em irregularidades, mas cobrou informações do Ministério do Esporte e da Polícia Federal. "Estamos pedindo ao Ministério da Justiça que requeira à Polícia Federal quais foram as medidas, as investigações e os resultados desde quando as primeiras denúncias surgiram no Ministério do Esporte por uso de ONGs ligadas ao Partido Comunista do Brasil, e que precisam ser esclarecidas."

O PSDB também informou o envio de requerimentos para que o Ministério Público e o TCU aprofundem as investigações sobre as denúncias publicadas.

Fiscalização - O líder do PCdoB, deputado **Osmar Júnior (PI)**, rebateu as denúncias de favorecimento do partido e afirmou que as ações do programa já foram fiscalizadas. "Esse programa tem sido auditado pelo Tribunal de Contas da União ao longo da sua existência e tem sido feito também o controle a partir da Controladoria-Geral da União. Não vejo, portanto, necessidade de uma investigação especial, na medida em que o próprio TCU já tem feito esse trabalho ao longo dos últimos anos."

Já o líder do governo, deputado **Cândido Vaccarezza (PT-SP)**, disse que os órgãos do governo vão investigar as denúncias sobre ONGs de fachada, mas ressaltou que a maioria dos contratos do Programa Segundo Tempo é feita com estados e prefeituras. "Boa parte desses recursos se destina a prefeituras, ao Sesc, Senai e outras entidades que têm serviços prestados e conduta ilibada. Até agora, não foi provado absolutamente nada", disse Vaccarezza. No dia 20 último, o Ministério do Esporte enviou carta ao jornal *O Estado de S. Paulo* em que rejeita as acusações de irregularidade no Programa Segundo Tempo. Criado em 2003, o programa tem o objetivo de levar atividades esportivas para crianças e jovens das periferias.

GOVERNO DO CEARÁ

O programa Segundo Tempo, feito em parceria com prefeituras e entidades, tem como objetivo levar o esporte a crianças e jovens da periferia; na foto, participantes no Ceará

CAPOEIRA - Foi relançada em reunião ontem, na Câmara, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Capoeira, que tem mais de 200 integrantes. Durante o encontro, deputados e senadores debateram metas, ações e estratégias. O deputado **Márcio Marinho (PRB-BA)** continuará na presidência do grupo, cujo vice-presidente é o deputado **Acelino Popó (PRB-BA)**. Também houve apresentação de músicas e coral de berimbaus.

SAULO CRUZ

Acordo define comissões permanentes; PTB, PDT e bloco PV/PPS farão rodízio

Rodrigo Bittar
Renata Tôrres

Os líderes do PTB, do PDT e do bloco PV/PPS decidiram fazer um rodízio anual nas presidências das comissões permanentes a que têm direito, segundo o critério da proporcionalidade definido pelo Regimento Interno, acabando com o impasse que impedia a composição dos colegiados técnicos da Câmara.

Neste ano, o PTB ficará com a Comissão de Trabalho; o PDT, com a de Meio Ambiente; e o bloco PV/PPS, com a de Defesa do Consumidor. No próximo ano, o PDT assumirá a Comissão de Trabalho, o PV presidirá a de Meio Ambiente e o PTB ficará com a de Defesa do Consumidor.

Apesar de ter participado do acordo, o líder do PV, deputado **Sarney Filho (MA)**, disse não ter ficado satisfeito. Seu partido queria presidir a Comissão de Meio Ambiente já neste ano.

"Com a exceção do PSDB e do DEM, todos os partidos se comprometeram com o PV para presidir a Comissão de Meio Ambiente, daqui a um ano. Quanto à escolha do presidente da comissão [de Meio Ambiente] neste ano, eu espero que seja uma pessoa que tenha ligações com a questão ambiental", declarou.

A eleição dos presidentes das comissões está marcada para a próxima quarta-feira (2), e o PDT informou que indicará o deputado **Giovani Cherini (RS)** para o cargo.

Comemoração - Já o líder do PTB, deputado **Jovair Arantes (GO)**, celebrou o acordo. "O PTB, historicamente, tem estado na Comissão de Trabalho – já é o sexto ano seguido. E nós buscamos exatamente isso: mostrar que o PTB tem essa proximidade, e mais, o PTB tem mantido o equilíbrio entre capital e trabalho, e dado uma tranquilidade para o ministro Carlos Lupi [que é do PDT], trabalhar".

O acordo original, fechado na reunião de líderes, definia que o PMDB ficaria com a Comissão de Minas e Energia e o PP, com a de Viação e Transportes. Um acordo entre as duas legendas, depois da reunião, no entanto, determinou a troca, entre elas, no comando dos colegiados. A formalização da troca deverá ser feita pela Mesa Diretora da Câmara hoje.

Procedimentos - O presidente da Câmara, Marco Maia, anunciou que, após a posse dos presidentes das comissões, fará uma reunião com todos para definir procedimentos para os trabalhos.

"Logo após a escolha dos presidentes, vou chamá-los para uma reunião, porque pretendo pedir que estabeleçam metas de votações neste primeiro semestre, e que identifiquem quais os principais projetos que estão em pauta nas comissões, para que a gente possa dar um tratamento especial e viabilizar a sua votação, a sua divulgação, e um diálogo maior com a sociedade em relação a esses projetos", disse.

J.BATISTA

Reunião de líderes que definiu a distribuição das comissões permanentes

As indicações para as comissões permanentes

Comissão	Partido	Parlamentar
Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional	PP	A definir
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	DEM	Júlio Cesar (PI)
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PSDB	A definir
Constituição e Justiça e de Cidadania	PT	João Paulo Cunha (SP)
Defesa do Consumidor	PV/PPS	Roberto Santiago (PV-SP)
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	PR	João Maia (RN)
Desenvolvimento Urbano	PMDB	A definir
Direitos Humanos e Minorias	PCdoB	Manuela D'Ávila (RS)
Educação e Cultura	PT	Fátima Bezerra (RN)
Finanças e Tributação	PT	Cláudio Puty (PA)
Fiscalização Financeira e Controle	PSC	Sérgio Brito (BA)
Legislação Participativa	PR	A definir
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	PDT	Giovani Cherini (RS)
Minas e Energia	PP	Luiz Fernando (MG)
Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PSDB	A definir
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	DEM	Mendonça Prado (SE)
Seguridade Social e Família	PMDB	Saraiva Felipe (MG)
Trabalho, de Administração e Serviço Público	PTB	Silvio Costa (PE)
Turismo e Desporto	PSB	Jonas Donizette (SP)
Viação e Transportes	PMDB	A definir

PMDB anuncia proposta de reforma tributária até abril

O PMDB deverá apresentar até abril uma proposta para a reforma tributária. O anúncio foi feito ontem pelo líder da legenda, deputado **Henrique Eduardo Alves (RN)**, durante reunião da bancada para discutir o tema.

O trabalho de elaboração da proposta será coordenado pelo deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**, que também deverá presidir a comissão especial da Câmara encarregada da reforma.

O líder Henrique Eduardo Alves anunciou ainda que pretende organizar uma reunião da bancada com os prefeitos do partido, a fim de que os anseios dos municípios sejam contemplados na proposta.

Debate - Edinho Bez disse que a discussão interna do PMDB sobre a reforma tributária é importante e não exclui o entendimento com os demais partidos. "O que queremos é abrir o debate", afirmou.

LEONARDO PRADO

Reunião da bancada do PMDB, que discutiu temas ligados à reforma tributária

Na reunião de ontem, o PMDB ouviu três palestrantes: José Maria Martins Mendes, integrante da direção do Conselho Federal da Contabilidade e ex-secretário de Fazenda do Ceará; Vladimir Rossi Lourenço, mestre em direito tributário da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; e Evilásio Salvador, professor da Universidade de Brasília, especialista em política fiscal e orçamentária.

Tendências - Segundo Edinho Bez, pelo teor das discussões de ontem, já é possível identificar algumas tendências principais da bancada, entre elas: dar à proposta um caráter municipalista, de defesa das finanças das prefeituras, que perderam arrecadação com as reformas fiscais realizadas após a Constituição de 1988; maior justiça fiscal, reduzindo a tributação sobre o consumo e elevando a que incide sobre renda e patrimônio; e evitar qualquer aumento da carga tributária.

Quanto a esse último item, vários deputados do PMDB manifestaram admitir a recriação de uma contribuição sobre movimentação financeira, destinada ao financiamento da saúde, mas só mediante uma compensação ou uma redução equivalente de outros tributos, de forma a não agravar o problema da elevada carga tributária praticada no País.

Os encontros promovidos pelo PMDB prosseguem na semana posterior ao carnaval. Os deputados vão discutir segurança pública e saúde. Com a iniciativa, o líder Henrique Eduardo Alves quer promover maior engajamento dos liderados em torno de "temas de real interesse da população".

Pinga-Fogo

Reforma política

Carlos Zarattini (PT-SP) defendeu a aprovação da reforma política desde que haja discussão ampla sobre alguns temas importantes. "A proposta do voto em lista fechada, defendida por muitos deputados subtrai do eleitor o direito de escolher o seu candidato. O chamado 'distritão', em que os mais votados são eleitos, também é outro problema. Esse tipo de eleição faz com que o Congresso Nacional seja composto por celebridades com pouca vivência política", argumentou o deputado.

Piratuba

Celso Maldaner (PMDB-SC) comemorou a iniciativa da prefeitura de Piratuba de levar telefone e internet aos produtores rurais. "O projeto Piratuba Digital visa facilitar a comunicação dos agricultores e seus familiares com o mundo, reduzindo o êxodo rural que quebra a corrente da sucessão familiar na propriedade agrícola", disse o deputado. O projeto beneficiará cerca de 700 famílias. O proprietário rural que já possui computador e telefone só precisará comprar uma antena de recepção e transmissão. O custo médio mensal para cada família será de R$ 50.

Correios

Chico Dangelo (PT-RJ) sugeriu à direção dos Correios que retome as obras de restauração do edifício em frente à Estação das Barcas, em Niterói, inaugurado em 1914 e tombado em 1990. Segundo o deputado, o edifício foi fechado em 2005 e um ano depois alguns tapumes foram colocados no local, mas a reforma não começou. "A reforma vai permitir a criação de mais um espaço cultural para o Rio de Janeiro. Minha expectativa é de que haja uma parceria entre os Correios e o Ministério da Cultura para que a reforma do prédio, um dos mais belos projetos arquitetônicos do estado, saia do papel."

DIÓGENIS SANTOS

Congressistas podem revolucionar o País, afirma Nelson Marchezan Junior

Único deputado federal eleito pelo PSDB no Rio Grande do Sul nas últimas eleições, **Nelson Marchezan Junior** argumentou que só os detentores de mandatos eletivos são capazes de resolver os problemas brasileiros. "Esse é o meu credo: os únicos que têm legitimidade para fazer a revolução são aqueles que são eleitos", sustentou.

Para o deputado, a "raiz de todos os problemas e a fonte de todas as soluções" para as mazelas brasileiras é o setor público. Segundo ele, no Brasil, esse setor "não tem nada de público, não quer ser público, e, se depender das corporações, não será". Diante disso, aponta que "só existe um caminho: a atuação dos eleitos".

> O setor público não tem nada de público; e, se depender de corporações, não será

Problemas - Marchezan Junior destacou os problemas que considera mais graves: incompetência do setor público, corrupção, impunidade e privilégios. Em sua opinião, o Estado não funciona por falta de metas, objetivos e de mensuração. Mas também por "falta de meritocracia, pois aqueles que são amigos ou filiados recebem as melhores benesses, e quem trabalha sequer é visto".

Quanto a privilégios ilegais, Marchezan Junior citou episódio no Rio Grande do Sul em que o Tribunal de Justiça concedeu compensação a desembargadores por prejuízos decorrentes da URV (Unidade Real de Valor), mecanismo adotado no início do Plano Real, em 1993 e 1994. "O Conselho Nacional de Justiça disse que foi ilegal, mas de boa-fé, e, como o dinheiro era de todos, não tinha dono, não seria preciso devolver", afirmou. Depois do tribunal, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado e a Assembleia Legislativa concederam compensações. "Foram R$ 3,5 bilhões, eu calculo, de pagamentos ilegais", disse. "Todos os projetos do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas foram aprovados pela Assembleia. Por isso, digo que o conchavo é um problema e se concilia com a corrupção e a incompetência", afirmou.

Impostos - Marchezan Junior ressaltou ainda que o Brasil tem uma das maiores e mais injustas cargas tributárias do mundo. Segundo ele, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os 10% mais pobres gastam quase 33% do que ganham em tributos, enquanto entre os 10% mais ricos, o porcentual é de 23%. "Quem ganha até dois salários mínimos, deixa 54% de tudo que recebe para o setor público, já aqueles com renda acima de 30 mínimos destinam só 39%", acrescentou.

DIÓGENIS SANTOS

Marcelo Aguiar diz que atuará no apoio a crianças e adolescentes

Em seu primeiro mandato como deputado federal, **Marcelo Aguiar (PSC-SP)** afirmou que irá lutar "para que crianças e adolescentes enfrentem menos dificuldade". Como vereador de São Paulo na última legislatura, Aguiar relatou ter sido presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia e do Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

De acordo com Marcelo Aguiar, o trabalho mostrou que os principais problemas enfrentados pelas vítimas de violência sexual são o caminho percorrido por elas e a falta de dotação orçamentária para políticas públicas voltadas ao tema.

"A revitimização a que milhares de crianças e adolescentes estão sujeitas, ao recontar o fato para diferentes profissionais, me sensibilizou e propus a implantação do depoimento sem dano", afirmou o deputado.

> São Paulo já conta com 48 Centros de Acolhida e está ampliando esse número

Relatório - Conforme relatou Marcelo Aguiar, o relatório apresentado na CPI mostrou "a importância de desobstruir o fluxo de atendimento das vítimas, e de utilizar as políticas já existentes em São Paulo". Do trabalho resultou ainda a publicação do plano municipal de enfrentamento à violência.

Com o documento, "o município pode receber ajuda orçamentária para oferecer às crianças e adolescente educação preventiva e atendimento especializado às vítimas de abuso sexual", explicou Aguiar.

Ao longo dos nove meses de trabalho da CPI, o deputado disse ter conhecido de perto as dificuldades enfrentadas pelas vítimas. De acordo com ele, no Brasil, a pornografia infantil representa mais de 62% de denúncias recebidas pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Ele citou pesquisa do Ministério da Saúde em 37 municípios segundo a qual as agressões sexuais lideraram os casos de violência na faixa etária dos 10 aos 19 anos atendidos pelo SUS em 2008, com 56,3%.

Frente - Com o objetivo de dar continuidade a esse trabalho na Câmara, Marcelo Aguiar anunciou que fará parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A frente reuniu-se ontem pela primeira vez nesta legislatura.

Marcelo Aguiar ressaltou ainda que São Paulo tem a maior rede socioassistencial da América Latina. De acordo com ele, já são 31 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com salas de atendimento individual, brinquedoteca, banheiros adaptados para deficientes e fraldário. "A cidade também está ampliando o número de Centros de Acolhida e já conta com 48 deles, que, juntos, ofertam 9.375 vagas", disse o deputado.

Deputada quer comissão externa para ajudar brasileiros em áreas de conflito

A Câmara pode criar uma comissão externa para acompanhar a situação dos brasileiros que estão na Líbia, país que passa por uma onda de protestos contra o governo de Muamar Kadafi, há 42 anos no poder. É o que prevê requerimento (REQ 498/11) apresentado na terça-feira (22) pela deputada **Janete Rocha Pietá (PT-SP)**. A proposição precisa ser aprovada pelo Plenário.

A ideia, segundo Pietá, é que a Câmara não apenas acompanhe os conflitos políticos na Líbia, mas também aqueles ocorridos em outros países africanos e do Oriente Médio – por exemplo, Egito, Marrocos e Bahrein –, devido à presença de brasileiros nessas regiões.

A iniciativa de Janete Pietá recebeu o apoio de outros parlamentares, como o líder do PMDB na Câmara, **Henrique Eduardo Alves (RN)**. "Acho oportuno porque, enquanto não se instalam as comissões permanentes, encontraremos uma solução emergencial", afirmou Alves, citando que os contatos do MRE com o governo líbio tem sido lentos e desencontrados.

O líder do PSDB, **Duarte Nogueira (SP)**, de São Paulo, também defendeu a criação da comissão externa. Para o líder do PTB, **Jovair Arantes (GO)**, é preciso dar condições para que os brasileiros retornem ao País ou sigam para alguma nação vizinha.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) negociava o resgate de 183 brasileiros que estão em Benghazi, segunda maior cidade da Líbia. Segundo a *Agência Brasil*, funcionários da construtora Queiroz Galvão e seus familiares devem ser retirados até amanhã, em um navio contratado pela empresa. Outros países preparam ações semelhantes.

Segundo o MRE, há entre 500 e 600 brasileiros na Líbia, a maioria residente no país, e todos estão bem. Muitos deles trabalham para empresas brasileiras – além da Queiroz Galvão, atuam na Líbia as construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht e a Petrobras.

Conflitos - O governo líbio confirmava ontem 300 mortes após o início dos protestos contra Kadafi, que tem ordenado a repressão das manifestações. Entidades independentes estimavam que o total de mortes seja mais do que o dobro do anunciado oficialmente.

REPRODUÇÃO DE TVABR

Muamar Kadafi, ao declarar na TV que resistirá aos protestos

O Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) pediu na terça-feira (22) o fim imediato da violência contra civis. Ontem, a União Europeia decidiu impor sanções à Líbia, devido à reação violenta do governo contra os protestos – os Estados Unidos cogitavam medida semelhante.

Direitos Humanos recebe apelo de ativistas do Irã

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara deverá analisar a situação dos direitos humanos no Irã. A sugestão foi apresentada nesta terça-feira (22) durante audiência pública em que dois ativistas iranianos, Hadi Ghaemi e Parvin Ardalan, pediram apoio do Brasil para que haja monitoramento externo da ONU (Organização das Nações Unidas) naquele país.

Em março próximo, a ONU vai se reunir para deliberar sobre uma resolução determinando o acompanhamento. No ano passado, 542 iranianos foram condenados à morte por discordarem do governo local.

Os ativistas iranianos esperam que o Brasil se posicione a favor do acompanhamento. Hadi Ghaemi e Parvin Ardalan têm marcada para hoje uma reunião no Ministério das Relações Exteriores para discutir o apoio do governo brasileiro.

O deputado **Geraldo Thadeu (PPS-MG)** disse que pretende propor a criação de uma comissão externa para verificar a situação dos direitos humanos no Irã, inclusive com uma visita àquele país. Ele afirmou que esta seria uma resposta adequada ao apelo dos ativistas iranianos. "Vou propor à Comissão de Direitos Humanos uma solicitação ao Ministério das Relações Exteriores e à presidente Dilma Rousseff que apoie o projeto de monitoramento pela ONU", disse.

Parlamento do Mercosul deverá adiar reabertura

LEOPOLDO SILVA/AG. SENADO

Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, na legislatura anterior

Por falta de renovação da representação brasileira, a reabertura dos trabalhos do Parlamento do Mercosul (Parlasul) terá de ser adiada, informou a *Agência Senado*.

O paraguaio Ignacio Mendoza Unzain, atual presidente do Parlamento, enviou na semana passada um ofício convocando todos os integrantes do Parlasul para uma sessão a ser realizada na próxima segunda-feira (28), em Montevidéu. Mas a sessão deverá ser suspensa, uma vez que os mandatos dos integrantes da representação brasileira terminaram em 31 de dezembro de 2010, segundo a Resolução nº 1/07, do Congresso Nacional.

De acordo com o artigo 117 do Regimento Interno do Parlasul, as sessões do parlamento e as reuniões de suas comissões só poderão ocorrer com a presença de pelo menos um terço de seus membros, "no qual estejam representados todos os Estados-partes". Ou seja, as sessões só poderão ser abertas com a presença de parlamentares dos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Mandatos - Os novos integrantes da Representação Brasileira no Parlasul só poderão ser indicados após a aprovação de uma nova resolução pelo Congresso. Essa resolução deverá aumentar de 18 para 37 o número de integrantes da representação e determinar que os mandatos durem até a realização de eleições diretas, como foi estabelecido em acordo político firmado no ano passado. Segundo o mesmo acordo, a Argentina passará a contar com 26 representantes a partir deste ano, enquanto Paraguai e Uruguai manterão 18 vagas.

"Precisamos aprovar a nova resolução, para que a gente chegue a um desfecho para essa história", disse a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que integrou a representação nacional até o ano passado e deverá voltar a integrá-la neste ano.

Divisão - Os 37 futuros integrantes da representação deverão estar no exercício de seus mandatos no Brasil. Mas não se sabe ainda quantos serão senadores e quantos serão deputados. Na opinião de Marisa Serrano, pelo menos dez senadores deverão integrar o grupo, indicados segundo o mesmo critério para a composição da Mesa do Senado.

Também ex-integrante da representação, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) defende a participação de 11 a 12 senadores no colegiado. Para Inácio Arruda, o atraso na indicação dos integrantes da representação pode ser explicado pelo fato de as atenções ainda estarem voltadas ao preenchimento das comissões permanentes no Congresso. Segundo ele, não haverá dificuldade política em aprovar a resolução que aumentará o número de integrantes da representação e lhes concederá novos mandatos.

Frente busca acordo para ampliar enquadramento no Supersimples

Rachel Librelon

O projeto que amplia os limites de enquadramento no Supersimples (PLP 591/10) estará na pauta de votação da Câmara ainda no primeiro semestre. O compromisso foi assumido pela Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, que foi relançada ontem com a adesão de cerca de 220 deputados e 20 senadores. A proposta conta com o apoio do presidente da Câmara, Marco Maia, que confirmou a disposição de incluir a matéria na pauta em regime de urgência.

Segundo Marco Maia, a matéria será votada assim que a Frente Parlamentar obtiver consenso. "Precisamos alterar os tetos para enquadramento de micro e pequenas empresas. Vamos simplificar os impostos, dar mais transparência e permitir que mais pessoas saiam da informalidade e passem a contribuir com a arrecadação de impostos", afirmou o presidente durante o evento de instalação da frente.

O PLP 591/10 eleva o limite de faturamento anual da microempresa de R$ 240 mil para R$ 360 mil e, da empresa de pequeno porte, de R$ 2,4 milhões para R$ 3,6 milhões. Além disso, é alterado o limite da receita bruta anual para a formalização do Empreendedor Individual, que passa de R$ 36 mil para R$ 48 mil.

O texto também estabelece novas regras para abertura, registro e funcionamento de empresas e cria um parcelamento especial para as dívidas tributárias. Sobre o último ponto, Marco Maia disse que é preciso viabilizar o pagamento de dívidas sem estimular os empresários a deixar de pagar dívidas no futuro, confiando em condições muito favoráveis de parcelamento.

LUIZ CRUVINEL

Segundo o presidente Marco Maia, a proposta será votada assim que a frente parlamentar obtiver consenso

Resistência - O presidente da Câmara afirmou que o PLP 591 não foi aprovado no ano passado "por um detalhezinho". O detalhe que emperrou a votação, de acordo com o deputado **Pepe Vargas (PT-RS)**, escolhido presidente da Frente Parlamentar, foi a resistência do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – órgão que reúne secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos estados – em aceitar os novos tetos.

O Confaz defendia que os limites de faturamento fossem elevados para um limite intermediário, temendo que os estados perdessem arrecadação. Pepe Vargas explica que a discussão será retomada e, entre os argumentos, está a possibilidade de que, com a elevação do teto, mais empresas possam se enquadrar ou voltar a se enquadrar no Supersimples e, com isso, gerar ganho de receita.

Previdência - O ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, destacou que a elevação dos limites para o Supersimples e a possibilidade de incorporar mais empreendedores também vai gerar ganhos para a Previdência Social. Ele destacou que a Previdência teve em janeiro de 2011 o melhor resultado desde 2003 e que o estímulo à formalização pode ajudar a consolidar resultados ainda melhores.

Alves Filho também falou do compromisso da presidente Dilma Rousseff com os micro e pequenos empresários ao anunciar a criação do Ministério das Micro e Pequenas Empresas.

Arrecadação será menor se empresas não crescerem, avaliam deputados

Na avaliação do deputado **Leonardo Quintão (PMDB-MG)**, o temor de perda de arrecadação com a ampliação dos limites do Supersimples, previstas no PLP 591/10, não se justifica. "Só se perde arrecadação quando a economia não cresce", defendeu o parlamentar, durante o evento de lançamento da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.

Quintão foi escolhido 2º vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, que tem como presidente o deputado Pepe Vargas (PT-RS), como 1º vice o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, e como 1º secretário o deputado **Guilherme Campos (DEM-SP)**. Representam o Senado na coordenação dos trabalhos os senadores Armando Monteiro (PTB-PE), José Pimentel (PT-CE) e Ana Amélia Lemos (PP-RS).

Na avaliação do deputado **Eduardo Sciarra (DEM-PR)**, a atualização dos limites é urgente porque o valor atual pode desestimular o crescimento de empresas. Ele explicou que, na medida em que crescem, as empresas perdem os benefícios da cobrança unificada de impostos. "Vamos buscar o entendimento para votar a proposta até julho e fazer com que ela seja aplicada logo", afirmou.

O presidente do Sebrae, Luiz Barretto, destacou que a maior parte dos empregos está hoje nas micro e pequenas empresas. Segundo ele, boa parte da mão de obra está empregada em empresas desse porte. "A nossa expectativa é ver esse projeto aprovado até o meio do ano", afirmou. **(RL)**

Pinga-Fogo

Nordeste

José Guimarães (PT-CE) ressaltou o tratamento do governo federal dado à região Nordeste. "Um grande volume de investimentos governamentais tem sido feito na região por meio dos PACs I e II, além da atração de investimentos privados, que também têm crescido", disse. Guimarães propôs o desmembramento da Comissão da Amazônia com a criação da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. "A Comissão da Amazônia tem como foco as questões regionais e acaba deixando de lado o desenvolvimento do Nordeste. A Amazônia deve ter seu espaço próprio de discussão na Casa, mas com o devido respeito ao desenvolvimento de outras partes do país", argumentou.

Prioridades

Alessandro Molon (PT-RJ) enumerou em Plenário algumas das prioridades que terá durante seu mandato. Entre elas: as reformas política e tributária, a educação, a saúde, e o desenvolvimento do Rio de Janeiro como polo cultural. "Pretendo lutar ainda pela inclusão digital e o crescimento sustentável do Rio", frisou.

Educação técnica

Izalci (PR-DF) avalia que o rumo promissor do desenvolvimento econômico do País tem chamado atenção para o risco da falta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho. "O ensino técnico tem sido apontado como prioridade entre os destaques do governo", destacou. O deputado reconhece que a educação profissional é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento do País e, portanto, necessita de tratamento adequado para alcançar toda sua potencialidade. Izalci sugeriu ao governo federal que transfira a gestão do ensino técnico para a área da Ciência e Tecnologia, pois avalia que há problemas distintos entre os ensinos fundamental e médio e o ensino profissional.